

**TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº 004/2022,
QUE FAZEM ENTRE SI A UNIVERSIDADE FEDERAL
DE LAVRAS E A EMPRESA SISTEMA INFORMÁTICA,
COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA,
NA FORMA ABAIXO.**

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS**, pessoa jurídica de direito público, autarquia especial integrante da Administração Indireta da União, criada pela Lei nº 8.956, de 15/12/94, vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ sob o nº 22.078.679/0001-74, com sede na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais, na Praça Professor Edmir Sá Santos, s/n, *Campus Universitário*, Caixa Postal 3037, CEP 37200-973, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Reitor em Exercício, Professor **VALTER CARVALHO DE ANDRADE JUNIOR**, nomeado pela Portaria/Reitoria nº 344, de 26 de abril de 2021, publicada no DOU de 27/4/2021, edição nº 77, página 26, Seção 2, portador da Cédula de Identidade nº [REDACTED] emitida pela [REDACTED], e do CPF nº [REDACTED], residente e domiciliado na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais, e, de outro lado, a empresa, **SISTEMA INFORMÁTICA COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 22.204.648/0001-12, com sede na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, na rua Rio de Janeiro, nº 514, bairro Centro, CEP 37.701-011, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu sócio-diretor, Sr. **ALEXANDRE DE SOUZA TEIXEIRA JÚNIOR**, portador da Cédula de Identidade nº [REDACTED] expedida pela [REDACTED], e CPF nº [REDACTED] tendo em vista o que consta no Processo nº 23090.009677/2021-80 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de Abril de 2019, da Portaria/Reitoria nº 197, de 26 de fevereiro de 2018, publicada no DOU de 28/02/2018, seção 2, pág. 26, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão por Sistema de Registro de Preços nº 95/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de equipamentos para ampliação e manutenção da rede sem fio (WIFI) da Universidade Federal de Lavras, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade De Medida	Valor Unitário	Valor Total
2	Ponto de acesso – modelo R350, marca: CommScope Ruckus, fabricante: CommScope Ruckus. Equipamento tipo 1 – ponto de acesso sem fio interno 2x2:2, com pelo menos 1 porta Ethernet 1 Gb, capacidade mínima para 256 usuários simultâneos, padrão IEEE 802.11ax.	84	Unidade	R\$ 2.600,00	R\$ 218.400,00
4	Ponto de acesso – modelo R650, marca: CommScope Ruckus, fabricante: CommScope Ruckus. Equipamento tipo 2 – ponto de acesso sem fio interno 4x4:4 (5GHz), 2x2:2 (2.4GHz), com pelo menos 1 porta Ethernet 1 Gb, e pelo menos 1 porta de Ethernet 2,5Gb, capacidade mínima para 512 usuários simultâneos, padrão IEEE 802.11ax.	155	Unidade	R\$ 5.630,00	R\$ 872.650,00
6	Ponto de acesso – modelo R750, marca: CommScope Ruckus, fabricante: CommScope Ruckus. Equipamento tipo 3 – ponto de acesso sem fio interno 4x4:4 UM-MIMO, com pelo menos 1 porta de Ethernet 2,5Gb, capacidade mínima para 1024 usuários simultâneos, padrão IEEE 802.11ax.	15	Unidade	R\$ 7.115,00	R\$ 106.725,00
8	Ponto de acesso – modelo T350c, marca: CommScope Ruckus, fabricante: CommScope Ruckus. Equipamento tipo 4 – ponto de acesso sem fio interno 2x2:2, com pelo menos 1 porta Ethernet 1 Gb, capacidade mínima para 512 usuários simultâneos, padrão IEEE 802.11ax.	27	Unidade	R\$ 6.350,00	R\$ 171.450,00
TOTAL					R\$ 1.369.225,00

1.4 Os materiais/serviços a serem adquiridos/prestados, conforme especificações constantes no subitem 1.3 da presente Cláusula, serão solicitados sob demanda, de acordo com a necessidade e a conveniência da **CONTRATANTE**.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, com início da data da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 1.369.225,00 (um milhão, trezentos e sessenta e nove mil e duzentos e vinte e cinco reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos dos materiais/serviços efetivamente fornecidos/prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 153032
Fonte: 0100000000
Programa de Trabalho: 192747
Elemento de Despesa: 449052
PI: M0000G23AMR

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designada pela **CONTRATANTE**, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA** são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993;

12.1.3. a pedido do fornecedor, nos termos do art. 21, inciso II c/c art. 19, inciso I, do Decreto nº 7.892, de 2013.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à **CONTRATADA** o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE** em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

13.1. É vedado à **CONTRATADA** interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da **CONTRATANTE**, salvo nos casos previstos em lei.

13.2. É permitido à **CONTRATADA** caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.2.2. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da Justiça Federal, Subseção Judiciária de Lavras, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Lavras, 19 de janeiro de 2022.

Pela **CONTRATANTE**:


VALTER CARVALHO DE ANDRADE JÚNIOR
Vice-Reitor

Pela **CONTRATADA**:

ALEXANDRE DE SOUZA

TEIXEIRA JÚNIOR: [REDACTED]

Assinado de forma digital por

ALEXANDRE DE SOUZA TEIXEIRA

JÚNIOR: [REDACTED]

Dados: 2022.01.18 16:38:20 -03'00'

ALEXANDRE DE SOUZA TEIXEIRA JÚNIOR
Sócio-diretor

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:


JUPANDIR MARCELO SILVA
Diretoria de Contratos e Convênios
Setor de Trâmite Processual

CPF: [REDACTED]

**ITI**Instituto Nacional de
Tecnologia da Informação[INÍCIO](#)[TERMOS DE USO](#)[F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura **aprovado**, em conformidade com a MP 2.200-2/2001

Data de verificação	19/01/2022 08:39:11 BRT
Versão do software	2.7
Nome do arquivo	CAM - Sistema Informática (Equip. rede sem fio).pdf

► Assinatura por CN=ALEXANDRE DE SOUZA TEIXEIRA JUNIOR:
OU=18928698000175, OU=AR SAFE CERT, OU=VALID, OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

► Assinatura por CN=ALEXANDRE DE SOUZA TEIXEIRA JUNIOR
OU=18928698000175, OU=AR SAFE CERT, OU=VALID, OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

► Assinatura por CN=ALEXANDRE DE SOUZA TEIXEIRA JUNIOR:
OU=18928698000175, OU=AR SAFE CERT, OU=VALID, OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

► Assinatura por CN=ALEXANDRE DE SOUZA TEIXEIRA JUNIOR
OU=18928698000175, OU=AR SAFE CERT, OU=VALID, OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

► Assinatura por CN=ALEXANDRE DE SOUZA TEIXEIRA JUNIOR:
OU=18928698000175, OU=AR SAFE CERT, OU=VALID, OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

► Assinatura por CN=ALEXANDRE DE SOUZA TEIXEIRA JUNIOR:
OU=18928698000175, OU=AR SAFE CERT, OU=VALID, OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Assinatura por CN=ALEXANDRE DE SOUZA TEIXEIRA JUNIOR:
OU=18928698000175, OU=AR SAFE CERT, OU=VALID, OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Em conformidade com o padrão
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Atributos obrigatórios	Aprovados

► Caminho de certificação

► Atributos

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS